



UNIÃO DOS ESTUDANTES COMUNISTAS COMUNICADO DA COMISSÃO CENTRAL

1 - É com viva surpresa que os estudantes, professores e todo o povo português têm seguido a política de ensino aplicada pelo Dr. Cardia, Ministro da Educação do 1º Governo Constitucional, personalidade que fazendo parte da direcção do PS, autoriza a presunção, pelos vistos ingénua, de se tratar de uma pessoa vinculada e norteadada pelos princípios e ideais socialistas.

Com efeito, as medidas até ao momento tomadas pelo Dr. Sottomayor Cardia põem a nu a intenção de prosseguir descarada e intransigentemente uma política que só pode ser qualificada de reaccionária na medida em que:

- vai frontalmente contra o espírito da Constituição ao violar os direitos básicos dos estudantes ao ensino, dos professores ao trabalho, das classes trabalhadoras a um sistema de ensino que esteja ao seu serviço, e finalmente, ao promover a perseguição política de individualidades e técnicos de reconhecida competência por causa das suas opiniões e posições de esquerda. Simultaneamente tal política tende para uma confusão e desagregação crescente em todas as estruturas do sistema de ensino onde paira, cada vez mais ameaçadora, a ameaça de caos final que só poderá servir e interessar às forças da direita reaccionária.
- concorda ponto por ponto, com as exigências feitas por todos os sectores reaccionários no que respeita ao ensino, nomeadamente com o PPD e o CDS, activos interventores na política do actual MEIC, quer directamente, quer através da famigerada interassociações de pais que controlam. Desta forma tornam-se, hoje muito mais claras as razões da delirante ovação que o Dr. Cardia mereceu das bancadas do PPD e do CDS ao discursar na Assembleia da República durante a apresentação do programa do primeiro Governo Constitucional;
- as medidas já tomadas dirigem-se exclusivamente para a desarticulação e destruição de tudo aquilo que, em sentido progressista, foi alterado e estabelecido após o 25 de Abril. Tal orientação torna evidente o carácter de classe oposto aos interesses e aspirações das massas trabalhadoras da política de ensino que o actual MEIC procura por em prática.

2 - Não é de ânimo leve que a Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas faz, publicamente, a seguinte denuncia: - infelizmente são extremamente graves as medidas já tomadas e as suas consequências futuras:

- saneamento à esquerda de homens como o Dr. Rogério Fernandes, ex-director geral de Ensino básico, o Dr. José Salvado Sampaio, ex-inspector superior dos Serviços Centrais do MEIC e numerosos funcionários da Direcção Geral dos Desportos e do FAJ, e ainda, a recente e escandalosa medida de demissão do professor Dr. Teixeira

Ribeiro, reitor da Universidade de Coimbra, juntamente com o respectivo vice-reitor, Dr. Joaquim Gomes;

- saneamento de ideias - substituição da disciplina de Ciências Sociais do 7º ano de escolaridade pela de história de Portugal, substituição da disciplina de Teoria e Dialéctica da História do 2º ano do Magistério Primário, pela de Introdução à Política, ofensiva contra as poucas escolas de Ciências Sociais existentes no nosso país;
- saneamento de estruturas - extinção do secretariado para a renovação do ensino secundário, extinção do Instituto de Inovação Pedagógica, extinção dos Centros regionais de Apoio Pedagógico;
- simultaneamente são reintegrados numerosos professores e funcionários comprometidos com o fascismo justamente saneados após o 25 de Abril. Aliás tudo indica que existem planos muito concretos e definidos para a reintegração em postos-chaves de figuras relevantes da política fascista para o Ensino. Neste domínio a recente reintegração do famigerado censor Vasco Leônidas é um exemplo particularmente gritante, mas que abre caminho a novas reintegrações do mesmo calibre, em particular a do tristemente célebre delfim de Caetano e protegido de Spínola, Veiga Simão!;
- é decretado o regime de numerus clausus para as escolas de Medicina e Medicina Veterinária e, tudo indica, o MEIC prepara-se para tornar este regime extensivo a todo o ensino superior. Tal medida é absolutamente inaceitável pois não conduzirá à resolução dos sérios problemas das Universidades que serão cada vez mais estabelecimentos de elite vedados aos filhos das classes trabalhadoras, ao mesmo tempo, que o desemprego a dezenas de milhar de jovens sem qualificação profissional.
- é decretado o fim do ensino unificado a partir do 8º ano de escolaridade e só não se determina a sua "pura e simples extinção" pelo receio "de colapso completo do sistema educativo!". Eis assim ameaçada de morte uma das mais importantes transformações democráticas do sistema escolar português após o 25 de Abril, medida capital para a liquidação da discriminação entre ensino técnico e ensino liceal, única via capaz de abrir completamente as portas do ensino superior aos filhos das classes trabalhadoras, ao mesmo tempo que constitui o principal instrumento no evitar dos inconstitucionais "numerus clausus";
- desenha-se através das medidas já decretadas uma vasta ofensiva contra tudo aquilo que de progressista se encontra nos actuais programas do Ensino Secundário e Superior (alguns dos quais, como é o caso de Introdução à Política, foram redigidos pelo Dr. Cardia em fase anterior da sua vertiginosa evolução para a direita!);
- é desencadeado um ataque em forma à reestruturação em curso nas escolas do Magistério Primário ao mesmo tempo que, convergentemente, são saneados centenas de professores dos Magistérios em regime de Comissão de Serviço. Tudo indica que o Dr. Cardia faz o seu objectivo o das forças reaccionárias postas em causa pelas profundas medidas introduzidas no domínio da formação de professores primários, pretendem novamente reduzir à função de transmissores passivos de noções mais que elementares - o fascista "saber, ler, escrever e contar".

- e posta em causa a oportuna colocação de professores através do decreto-lei 012/76 que passa por cima da luta que estes têm vindo intransigentemente a travar, bem como das conquistas entretanto alcançadas.

3 - Perante o paronama nítido e desolador de insaciável destruição reaccionária de tudo o que de positivo se fez no ensino após o 25 de Abril, que está a ser a obra de um ministro que ousa afirmar-se socialista, a Comissão Central da UEC não pode deixar de manifestar as suas profundas apreensões quanto ao futuro.

Com efeito foi anunciado que até 15 de Outubro serão elaborados novos decretos reguladores da Gestão Democrática. Tal elaboração está a ser feita em segredo sendo dela de liberadamente afastados os principais interessados - os estudantes e os professores - e, vindo ela de quem tão profusas e inequívocas provas tem estado a dar de devotado acatamento das exigências da reacção, não pode deixar de augurar-se a intenção de transformar a gestão democrática em algo de muito semelhante à situação anti-democrática e repressiva que o fascismo impunha nas escolas!

Por outro lado, as medidas tomadas quanto à colocação de professores, a mais uma vez alegada avaria do computador, a inusitada decisão de reformular por completo os impressos de inscrição nos estabelecimentos de ensino superior, o caos que reina nos mais diversos serviços do MEIC e a intenção óbvia de manter os estudantes e professores fora das escolas para melhor poderem ser postos perante "factos consumados", indicam que, ~~contrariamente às solenes promessas feitas, as aulas não começarão nas datas previstas com enormes prejuízos para os estudantes e para o povo português.~~

Finalmente, dada a natureza sobejamente comprovada da actual equipe dirigente do MEIC e do "socialismo" do seu responsável máximo, pode infelizmente, afirmar-se que tudo está em causa, todos os direitos e conquistas dos estudantes e dos professores, por mínimos que sejam, estão ameaçados!

4 - A Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas manifesta a sua profunda preocupação pela situação criada pelo actual MEIC e pelas suas necessariamente graves consequências, que põem em causa a própria orientação e objectivos socialistas consagrados na Constituição.

A Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas sublinha a grande importância e as grandes responsabilidades das estruturas representativas dos estudantes portugueses, do Movimento Associativo no seu conjunto, na mobilização, na organização e na definição dos objectivos e formas de luta que as massas estudantis irão necessariamente travar contra a política actual do MEIC. Neste contexto a Comissão Central da UEC alerta os estudantes portugueses para as manobras de baixa política vinda de sectores interessados em dar cobertura e abrir caminho à política do MEIC através da sabotagem da luta de massas, da desmobilização dos estudantes ou ainda de esforços para desviar o combate para questões secundárias e para becos sem saída. É o caso já patente de forças como a UDP que em recente comunicado sobre a política do MEIC dá provas do mais soez oportunismo pois, condenando o MEIC em termos de verbalismo balofo começa por tomar posição na questão

colocação de professores em termos divisionistas, esgota o pasquim sem "descobrir a existência do "numerus clausus" e acaba numa beata absolvição do MEIC através, mais uma vez, do mais cego e calunioso anti-comunismo!

A Comissão Central da UEC declara firmemente que os estudantes comunistas não pouparão esforços para unir, sem discriminações todos os estudantes, todos os sectores de opinião, todas as organizações estudantis progressistas nas grandes e duras batalhas que se irão travar contra a política reaccionária do MEIC e em defesa dos direitos e conquistas que pertencem aos estudantes e a todo povo português!

Finalmente a Comissão Central da UEC manifesta confiança na firmeza e combatividade das massas estudantis que lado a lado com os professores e todo o povo português, saberão opôr uma barreira capaz de cortar radicalmente o passo à política reaccionária do MEIC!

A COMISSÃO CENTRAL DA
UNIÃO DOS ESTUDANTES COMUNISTAS

Lisboa, 24 de Setembro de 1976